



**FHC: "Se essa instabilidade não passar, o governo será obrigado a usar o dinheiro apenas para intervir no mercado"**

## Para Malan, convite é sinal de 'maturidade'

**Rodrigo Bittar**  
De Brasília

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, considerou um exemplo de "maturidade política" o convite feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso aos principais candidatos para discutir a situação econômica brasileira. "Estou seguro de que as conversas serão positivas para o país e seu futuro", disse depois da abertura do II Seminário Nacional sobre Execução Fiscal, promovido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em Brasília. Os encontros foram agendados pelo Palácio do Planalto para a próxima segunda-feira e Malan estará presente.

Para o ministro não é necessário que os candidatos à Presidência divulguem previamente os nomes que viriam a compor a futura equipe de governo como uma forma de acalmar o mercado financeiro. "O que eu acho necessário é, na linha do que (os candidatos) vêm dizendo, escre-

vendo e publicando, que eles mostrem claramente os seus compromissos com o país, e não tenho dúvidas que o farão".

Malan não quis comentar o rebaixamento do "rating" do Brasil pela agência Moody's — "não faz sentido ficar comentando decisões de agências de rating" — mas se mostrou confiante na solução da crise que abala o mercado. "O Brasil tem todas as condições de superar as turbulências do momento presente e realizar uma transição serena, tranqüila, madura politicamente e racional, do ponto de vista econômico, para assegurar condições de governabilidade no primeiro ano do próximo governo, quem quer que venha a ganhar as próximas eleições", disse.

Ele admitiu, na sua palestra, que a carga tributária brasileira não é baixa — "embora, ao contrário do que alguns dizem, não é das mais altas do mundo" —, mas acredita que ela tenha crescido nos últimos anos em decorrência de melhorias na atuação do Fis-

co, causada pela pressão para o aumento de receitas frente à crescente demanda por gastos públicos no país.

"Temos que superar uma velha tradição brasileira de solucionar qualquer problema com o aumento dos gastos públicos destinados àquele problema", disse. Ele acrescentou, ainda sobre a arrecadação, que o mais adequado nesse momento é aumentar a eficiência da máquina arrecadadora, em vez de aumentar a carga tributária. Sobre execução fiscal no Brasil, o ministro constatou que houve avanços nos últimos anos e disse que é uma questão de "justiça cobrar daqueles que não cumpriram com suas obrigações tributárias e impuseram um ônus sobre os demais contribuintes que contribuíram com suas obrigações". Malan defendeu ainda a realização de um debate sobre a estrutura dos gastos públicos. "Não podemos ficar restritos a uma discussão sobre demandas da sociedade por gastos", destacou o ministro.